

Endividamento externo e a fraca memória da senhora Thatcher

Marcelo de Paiva
Abreu (*)

A truculência das recentes declarações da primeira-ministra britânica sobre a conveniência de os atuais países devedores liquidarem suas dívidas, alienando recursos naturais ou empresas nacionais, estimula a consideração do tema segundo uma perspectiva de longo prazo.



Em pelo menos duas ocasiões no último meio século, o próprio Reino Unido enfrentou sérias dificuldades no pagamento do serviço de sua dívida externa. No início dos anos 30 foram "suspensos" — para nunca mais serem retomados — os pagamentos britânicos aos Estados Unidos relativos à dívida acumulada na Primeira Guerra Mundial. Embora esta decisão tenha sido pelo menos em parte justificada como consequência da suspensão dos pagamentos das reparações de guerra por parte da Alemanha e não haja maior interesse no episódio do ponto de vista brasileiro, o precedente baseado em force majeure merece registro. De maior interesse é lembrar que ao final da Segunda Guerra Mundial novamente o Reino Unido ajustou as condições de pagamento da enorme dívida acumulada durante a guerra — inclusive com o Brasil — às necessidades domésticas e não, como hoje querem os credores, adaptando o nível de atividade da economia às necessidades de geração de recursos líquidos para transferência ao exterior. O exame deste segundo episódio é instrutivo.

quando comparados aos de outros países, correspondiam em 1947 a 65 milhões de libras, equivalentes a 30% do valor das importações brasileiras nesse ano, enquanto os depósitos totais em 1945 eram da ordem de 3,5 bilhões de libras, equivalentes a 60 bilhões de dólares atuais. Embora os grandes credores fossem a Índia (1,2 bilhão de libras) e o Egito (400 milhões de libras), alguns outros países, com vínculos políticos menos importantes com o Reino Unido, também acumularam saldos apreciáveis, como, por exemplo, a Argentina (100 milhões de libras) e Portugal (76 milhões de libras).

Obviamente, não havia possibilidade imediata de liquidar esta gigantesca dívida, correspondente a oito vezes as exportações britânicas em 1939, com a geração de saldos sucessivos no balanço de pagamentos. O que fez o Reino Unido? Bloqueou os depósitos existentes em Londres, limitando o seu uso, de forma mais ou menos unilateral,

ao resgate de títulos da dívida externa denominada em libras dos países credores e à liquidação de ativos britânicos nesses países, sem pagamento de juros até 1947 e depois à taxa simbólica de 0,5% ao ano. Isto em meio a freqüentes ameaças de repúdio ao menos parcial de suas obrigações: Hugh Dalton, chanceler do Erário, discursando na Câmara Anglo-Brasileira de Comércio, defendeu essa posição; no Tesouro defendeu a posição de que o Reino Unido devia ser "duro e difícil" com os seus credores.

"Qual o sentido de exportar bens de capital para o Brasil apenas para saldar tais dívidas?" Obviamente, esta decisão unilateral causou sérios prejuízos aos credores que prefeririam importar bens britânicos a comprar ferrovias ou resgatar prematuramente sua dívida externa.

No Brasil, a política britânica resultou na compra de ativos em muitos casos de qualidade duvidosa — Estrada de Ferro Leopoldina, por exemplo — a preços

bastante compensadores para os seus acionistas e na antecipação do resgate da dívida. A política britânica, de transferência do custo de ajuste do Reino Unido para seus credores, em muitos casos subdesenvolvidos, é bem espelhada na frase contemporânea do economista Roy Harrod: "Afinal não há nenhum imperativo categórico para agir... nos próximos dois, três ou cinco anos no sentido de elevar esses povos primitivos (isto é, os credores) a um novo patamar de civilização".

Nos casos, como da Índia, em que o valor dos depósitos aparentemente excedia sua possibilidade de absorção através da liquidação de investimentos reais e financeiros britânicos na própria Índia, talvez Mrs. Thatcher possa ser lembrada de que não houve venda de ativos localizados no Reino Unido para liquidar a dívida britânica, embora certamente não fosse difícil encontrar entre os setores da economia britânica estatizados entre 1945 e 1950 algumas aplicações

plenamente aceitáveis do ponto de vista indiano. Imagina-se que haveria alguma resistência política no Reino Unido à venda das minas de carvão (estatizadas por 392 milhões de libras) ou do setor siderúrgico (246 milhões). De fato, no final dos anos 40 dificuldades políticas impediram em muitos casos até mesmo a liquidação de ativos britânicos nos países credores, especialmente na Índia e no Egito. Resistência semelhante à que certamente enfrentaria a implementação hoje, na América Latina, das absurdas recentes propostas da primeira-ministra.

É talvez um exagero supor que o liberalismo econômico de Mrs. Thatcher incorpore de fato a doutrina de lorde Palmerston, primeiro-ministro britânico no século XIX: "Se investidores decidem comprar títulos estrangeiros rendendo altas taxas de juros, de preferência a títulos do governo britânico que rendem taxas de juros menores, não podem pedir a intervenção do governo bri-

tânico em caso de suspensão de pagamentos". Afinal hoje são bancos internacionais e não "viúvas e órfãos" os credores que sofreriam prejuízos com a redução ou suspensão de pagamentos.

Entretanto, talvez não seja otimismo exagerado esperar que as próximas declarações do governo britânico sobre a dívida externa dos países latino-americanos sejam inspiradas em visão mais construtiva e realista — baseada pelo menos, como disse Dalton em seu famoso discurso, no "bom senso e no 'fair play'" do que os comentários contábeis de Mrs. Thatcher indicaram recentemente. É preciso evitar que, pelo menos no terreno econômico, as consequências de Mrs. Thatcher extravasem os limites do Reino Unido e da Comunidade Econômica Europeia.

(*) Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge e professor associado do Departamento de Economia da PUC—Rio.

Em 1940, aproveitando-se da perda de mercados de exportação enfrentada pelos países primário-exportadores, por sugestão de Keynes, as autoridades britânicas assinaram com esses países acordos de pagamentos que limitaram o uso das libras pagas pelos importadores britânicos à liquidação de débitos na chamada área da libra esterlina. Com o correr da guerra, acumularam-se substanciais saldos nas contas desses países em Londres. Os depósitos brasileiros, embora modestos